



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL nº 542/2024

11527364020248260100

Realizada a pesquisa legislativa a respeito do assunto foi localizado:

- Decreto Municipal nº 57.576, de 01 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a organização, atribuições e funcionamento da Administração Pública Municipal Direta;
- Lei Municipal nº 10.089, de 26 de junho de 1986, que cria as Subprefeituras;
- Lei Municipal nº 13.169, de 11/07/2001, que dispõe sobre a reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em comissão, altera as formas de provimento de cargos em comissão, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.399, de 01 de agosto de 2002, que dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.682, de 15 de dezembro de 2003, que estabelece a estrutura organizacional das Subprefeituras;
- Lei Municipal nº 14.132, de 24/01/2006, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais.
- Lei Municipal nº 14.667, de 14/01/2008, que cria a Secretaria Municipal de Participação e Parceria - SMPP, bem como dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão.
- Lei Municipal nº 14.664, de 04/01/2008, que altera dispositivos e acresce os arts. 7ºA, 7ºB e 7ºC à Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais; e cria os cargos de provimento em comissão que especifica.
- Lei Municipal nº 14.879, de 07/01/2009, que cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU; introduz alterações nas Leis nº 13.396, de 26 de julho de 2002, nº 13.866, de 1º de julho de 2004, e nº 13.292, de 14 de janeiro de 2002, bem como dispõe sobre os cargos de provimento em comissão que especifica;
- Lei Municipal nº 15.380, de 27/05/2011, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Teatro Municipal de São Paulo; cria cargos de provimento efetivo e em



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

comissão; extingue o departamento Theatro Municipal; absorve as gratificações que especifica na Escala de Vencimentos do Quadro de Atividades Artísticas; dispõe sobre o afastamento de servidores da Administração Direta; altera o art. 1º da Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, e dá providências correlatas;

- Lei Municipal nº 15.372, de 03/05/2011, que dispõe sobre a organização da Escola Municipal de Iniciação Artística - EMIA, do Departamento de Expansão Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão;

- Lei Municipal nº 15.608, de 28/06/2012 Dispõe sobre a criação do Arquivo Histórico de São Paulo, na Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão; cria, no Departamento do Patrimônio Histórico, os cargos em comissão que especifica;

- Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013, que dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria;

- Lei Municipal nº 16.974, de 23/08/2018, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal Direta, a criação, alteração de denominação e extinção dos órgãos que especifica, bem como a criação e alteração de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança.

- Lei Municipal nº 17.068, de 19/02/2019, que introduz alterações nos arts. 1º, 5º, 6º, 7º, 10 e 15 da Lei nº 13.425, de 2 de setembro de 2002, que regulamenta o art. 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e institui o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo; introduz alterações na Lei nº 16.974, de 23 de agosto de 2018, e na Lei nº 14.517, de 16 de outubro de 2007, cria e extingue os órgãos que especifica, bem como altera as funções de confiança que especifica;

- Lei Municipal nº 17.463, de 09 de setembro de 2020, que institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa - COMPLIR.

- Lei Municipal nº 17.776, de 13/04/2022, que dispõe sobre a criação, alteração de denominação e extinção dos órgãos que especifica; cria cargos de provimento em comissão, bem como altera a Lei nº 16.974, de 23 de agosto de 2018, e dá outras providências.

- PL 582/24, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Conselho Municipal Popular Participativo Contra o Racismo Religioso, no município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

São Paulo, 24 de setembro de 2024.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068